



*É ISTO UM HOMEM? DE PRIMO LEVI:  
A HISTÓRIA E A MEMÓRIA ENTRE RUÍNAS E REDENÇÃO*<sup>1</sup>

*IS THIS A MAN? BY PRIMO LEVI: THE HISTORY AND THE MEMORY BETWEEN  
RUINS AND REDEMPTION*

---

*Rosane Marins de Menezes*<sup>2</sup>

---

*Artigo submetido em: 21 abr. 2021*

*Data de aceite: 25 jun. 2021*

*Data de publicação: 4 jul. 2021*

**RESUMO:** *É isto um homem?* de Primo Levi constitui-se em uma narrativa testemunhal na qual história e memória são elementos fundamentais desencadeadores do enredo, fazendo-o ultrapassar o estatuto de mero relato autobiográfico e compor uma memória coletiva. Configurando-se como “ruínas” (AGAMBEN, 2008, p. 162), segundo Giorgio Agamben, que associa a ruína ao resto, às lacunas históricas existentes sobre a *Shoah*, o testemunho de Levi traz para o presente vestígios de um tempo de violência que deve ser revisitado, conhecido e reinterpretado. Trabalhando sua escritura no limiar da linguagem e equilibrando-se entre esquecimentos e lembranças, Levi cumpre o projeto de redenção de Walter Benjamin dando voz aos vencidos da história e apontando para a renovação de uma conduta ética no presente.

**Palavras-chave:** História. Memória. Redenção. Ruínas. *Shoah*. Walter Benjamin.

**ABSTRACT:** *Is this a man?* by Primo Levi constitutes a testimonial narrative where history and memory are fundamental elements that trigger the plot, making it go beyond the status of a mere autobiographical report and compose a collective memory. Configuring itself as “ruins” (AGAMBEN, 2008, p. 162), according to Giorgio Agamben, who associates the ruin with the rest, with the existing historical gaps about *Shoah*, Levi's testimony brings to the present traces of a time of violence which must be revisited, known and reinterpreted. Working his writing on the threshold of language and balancing himself between forgetfulness and memories, Levi fulfills Walter Benjamin's redemption project, giving voice to the losers of history and pointing to the renewal of an ethical conduct in the present.

**Keywords:** History. Memory. Redemption. Ruins. *Shoah*. Walter Benjamin.

---

<sup>1</sup> Texto orientado pelo Prof. Dr. Paulo Cesar Silva de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Letras e Linguística (Estudos Literários) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1454112504668908> / <https://orcid.org/0000-0003-0580-4166>



Acesse este artigo pelo QR Code:



## INTRODUÇÃO

Os conceitos de história e memória estão intimamente ligados na medida em que dialogam entre si, interpenetram-se e complementam-se, constituindo-se como fundamento para a compreensão do ser humano enquanto ser social, sendo, por isso, preponderantes nos estudos das Ciências Humanas. A memória, longe de se configurar como uma cópia fiel do passado seria antes uma reconstrução contínua passando por atualizações do passado. Quanto à história, conceito complexo, profundo e difuso, mais do que postula Marc Bloch, a saber, que a história seria “a ciência dos homens no tempo” (LE GOFF, 1996, p. 23), ganha maior profundidade com Ricoeur, o qual diz que a história só adquire estatuto de história quando abre mão de ser um discurso absoluto, posto que “A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica” (p. 21).

*É isto um homem?* de Primo Levi em sua riqueza literária e histórica compreende essas duas dimensões da existência humana, já que testemunha sobre o evento histórico mais trágico do séc. XX. O autor constrói o seu relato baseado em fatos reais, obviamente atravessado por suas valiosas impressões subjetivas, o que é marcador da sua experiência. Além disso, Levi escreve movido por um objetivo ético e político de registrar a memória do episódio catastrófico, a memória da ofensa, retirando, assim, do anonimato aqueles que foram silenciados pelo trauma ou pela morte.

O presente artigo, portanto, pretende investigar de que forma a memória individual de Primo Levi construída a partir da sua experiência subjetiva e intersubjetiva passa a constituir uma memória e identidade coletivas. Para tanto, em um primeiro momento, será feita uma análise estilística e crítico-interpretativa



da obra a fim de verificar a forma quase científica utilizada por Levi na construção do seu discurso testemunhal e, nesse sentido, verificar em que medida seu estilo contribui para a veracidade do relato. Em sequência, será explorada a construção desse testemunho frente ao fato traumático dissociador do discurso simbólico, o que leva o autor a trabalhar com uma linguagem insuficiente e sob um chão testemunhal aporético. Por último, será considerado o instigante processo que faz com que o testemunho da história e da experiência privativa passem a constituir uma memória coletiva e social.

## É ISTO UM HOMEM? E O REGISTRO DA MEMÓRIA DA OFENSA: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTILO E LINGUAGEM

*Talvez o maior traço de Levi tenha sido justamente o de tornar dizível o que a muitas almas puras pareceria inefável, dar concretude e visibilidade ao "mundo às avessas" – como se referia a Auschwitz – traduzir o horror absoluto em palavras claras, cristalinas, e às vezes até jocosas.*

(Maurício Santana Dias)

Agamben, em seu livro *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* vai citar seu conceito de "ruínas" (AGAMBEN, 2008, p. 162), que seriam as lacunas, os silêncios, os restos da história da *Shoah* os quais abririam possibilidades várias de preenchimento e/ou manifestações sobre tal catástrofe, tanto por parte das testemunhas integrais, que seriam os sobreviventes, como também das testemunhas por aproximação, que seriam aqueles que falam por quem foi impossibilitado de falar, seja pela morte, seja pelo efeito silenciador do trauma. O que parece ser fundamental em tudo isso é o modo como tais ruínas são vistas, sob que ângulos são consideradas e em que medida, como vestígios que são, colocam em movimento o que restou da barbárie.

Isso se dá especialmente em se tratando do testemunho da *Shoah* por ter este uma natureza dicotômica que transita entre a necessidade ética de utilizar-se da linguagem para narrar e a impossibilidade de fazê-lo. Por isso, o relato testemunhal caracteriza-se como uma fala interrompida pelo tropeço do trauma e pela limitação da linguagem. Segundo afirma Levi: "Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem" (LEVI, 1988, p. 32).

Em *É isto um homem?* as ruínas da história da *Shoah* chegam pelo viés da literatura que se posiciona como *locus* de advertência e arquivo, bem como de resistência aos esquecimentos, apagamentos e a todos os movimentos de

contramemória referentes aos flagelos históricos, a fim de que estes jamais se repitam. Sobre isso, afirma Alice Ferreira:

(...) o que se destaca nessas três concepções da ruína enquanto latência é a possibilidade de manifestação dos fenômenos históricos depois de um tempo, com o intuito de resgate, de reinterpretação e também de uma concepção da memória a partir do estatuto ético centrado nos sujeitos históricos. (FERREIRA, 2017, p. 2)

Nesse sentido, *É isto um homem?* expressa uma denúncia, uma agonia, uma angústia, não tanto na sua forma, mas no seu conteúdo. Levi constitui-se em um dos mais importantes testemunhos escritos em primeira pessoa sobre o genocídio nazista, segundo os críticos literários e historiadores, na medida em que consegue conjugar relato de experiência e estilo literário, que viria a ser a nova fórmula de uma estética que surgiria como exclusiva do século XX, carregado que foi de catástrofes históricas e culturais e, por isso, marcado por violência e políticas de destruição humana.

Com sua abordagem analítica, quase científica, e do ponto de vista de observador atento às relações que se estabeleciam no campo de extermínio nazista, Levi consegue fazer do seu relato testemunhal uma plataforma de estudo das relações humanas e, simultaneamente, fornecer dados reais do que ali acontecia, sem ser parcial, sem julgamentos, como alguém que observa e analisa para testemunhar com a máxima fidelidade. Afirma Levi:

Este meu livro, portanto, nada acrescenta, quanto a detalhes atrozes, ao que já é bem conhecido dos leitores de todo o mundo com referência ao tema doloroso dos campos de extermínio. Ele não foi escrito para fazer novas denúncias; poderá, antes, fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana. (LEVI, 1988, p. 7)

Mário Barenghi defende a ideia de que, por todo seu estilo e abordagem linguística, Levi produz em sua obra "um forte acento de sinceridade e confiança que jorra da sua escrita" (BARENGHI, 2015, p. 16) não somente pelo que afirma de modo reflexivo, analítico e suave, mas principalmente por seu cuidado em não ser assertivo em tudo, chegando a impor a si mesmo e às suas reflexões muitas interrogações. Nosso autor chegou a autodefinir-se certa vez como "sociólogo amador" (LEVI, 1997, p. 278), tamanho era seu interesse pelo ser humano e suas múltiplas variações quando em face de situações-limite. O trabalho meticuloso de Levi torna-se fundamental para a legitimação de sua obra como fonte

histórica, uma vez que nas décadas posteriores ao século XX houve uma proliferação de testemunhos em primeira pessoa de sobreviventes dos campos de extermínio nazistas. Referindo-se a esse período, afirma Seligmann-Silva:

Se Annette Wieviorka fala de uma “era do testemunho”, a partir do seu estudo da história dos testemunhos da Shoah, é porque esse evento encontra-se no centro da construção de uma nova modalidade de relação com o passado, que revoluciona, a um só tempo, as modalidades tradicionais da memória e da historiografia. O testemunho é o vetor dessa nova “disciplina”. Nele, de um modo característico para a nossa pós-modernidade, o universal reside no mais fragmentário. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 80, ênfase no original)

No entanto, o chão testemunhal é considerado aporético, pois sinaliza que além da história que circunda o indivíduo que testemunha existe o olhar do próprio indivíduo com sua interpretação subjetiva dos fatos narrados. Na verdade, os dois lados, a história e o indivíduo, complementam-se, pois não seria possível compreender o sofrimento pessoal de cada indivíduo sem levar em conta o contexto histórico que o envolve, nem seria possível compreender na sua dimensão mais profunda um evento histórico sem considerar os indivíduos que dele participaram. Nas análises testemunhais, portanto, faz-se necessário utilizar o microscópio e a lupa, observar o contexto macro, como também o micro.

Levi produz seu relato, antes de tudo, impulsionado por uma necessidade interior de organizar suas lembranças, ordenar seus pensamentos, algo que pode ser visto como uma libertação interior do trauma. Ele afirma:

A necessidade de contar aos outros, de tornar os outros participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. **O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de libertação interior.** (LEVI, 1988, p. 8, ênfase acrescentada)

Concomitantemente, Levi prioriza em toda a sua narrativa o testemunho fiel da experiência concentracionária objetivando a transmissão da

**memória da ofensa**<sup>3</sup>, a memória da catástrofe, a fim de evitar sua reincidência, o que seria um objetivo político do autor, obviamente, além de um compromisso claro com a memória social. Levi escreve:

Uma única resposta é possível. Não é lícito esquecer, não é lícito calar. Se calarmos, quem falará? Certamente não os culpados e seus cúmplices. Se não dermos nosso testemunho, num futuro próximo as ações da barbárie nazista, por sua própria enormidade, poderão ser relegadas às lendas. Portanto, é preciso falar. (LEVI; SCARPA, 2015, p. 66)

A apurada análise de Levi dava-se sempre em favor da memória, por ele adjetivada tanto de maravilhosa, quanto de falaz, características que expressam simultaneamente o poder e a fragilidade desse atributo humano. Nesse sentido, Levi opta por ser uma testemunha dupla: narrar enquanto testemunha que vivenciou o ocorrido e narrar enquanto testemunha ocular dos acontecimentos. Seria, portanto, pertinente especular de que forma o autor estabelece essa relação entre testemunho e memória, testemunho da experiência e testemunho da história, memória do evento, memória individual e memória coletiva.

*É isto um homem?* possui um tom diarístico, onde Levi relata os acontecimentos cotidianos mais significativos de sua experiência enquanto prisioneiro de Auschwitz. Por todo o relato observa-se que o autor se equilibra entre a memória e o esquecimento, procurando vencer a dor de lembrar tudo o que lá viveu, mas sempre enfatizando que aquele sofrimento específico dos campos de concentração tem o poder de anular no homem quaisquer códigos morais que possa ter. Levi encarrega-se, então, de tecer uma meticulosa descrição dos acontecimentos, do sofrimento dos seus companheiros e da ameaça constante da morte que os rondava. T tamanha riqueza de detalhes é relatada no tempo verbal presente do indicativo, o que aproxima o leitor da realidade do que está sendo narrado, fazendo com que um viés de angústia mescle-se à narração permeando-a

---

<sup>3</sup> Primo Levi dedica um capítulo do seu livro *Os afogados e os sobreviventes* para falar da “memória da ofensa” (LEVI, 2016, p. 17), expressão que criou, significando que a ofensa seria toda a dor, sofrimento e vergonha sofridos pelos prisioneiros dos campos de concentração. Enfatiza que a ofensa é absolutamente “insanável” (p. 18), e que arrasta-se pelo tempo perpetuando as torturas sofridas. Levi chega a transcrever para o seu texto um excerto das duras palavras de Jean Améry, filósofo austríaco torturado pela Gestapo por militar na resistência belga e depois deportado para Auschwitz por ser judeu: “Quem foi torturado permanece torturado. (...). Quem sofreu o tormento não poderá mais ambientar-se no mundo, a miséria do aniquilamento jamais se extingue. A confiança na humanidade, já abalada pelo primeiro tapa no rosto, demolida posteriormente pela tortura, não se readquire jamais” (p. 18). Levi ainda faz outra importante referência sobre a ofensa da tortura, dizendo: “Verdadeiramente, somos induzidos a pensar que, no Terceiro Reich, a escolha melhor, a escolha imposta de cima para baixo, fosse aquela que comportava a máxima aflição, o máximo esbanjamento de sofrimento físico e moral. O ‘inimigo’ não devia apenas morrer, mas morrer no tormento” (p. 98).

por completo. Tal recurso usado por Levi parece ser um traço característico comum às autobiografias de vítimas sobreviventes de massacre. Levi relata:

Isto é o inferno. Hoje, em nossos dias, o inferno deve ser assim: uma sala grande e vazia, e nós, cansados de pé, diante de uma torneira gotejante mas que não tem água potável, esperando algo certamente terrível, e nada acontece, e continua não acontecendo nada. Como é possível pensar? Não é mais possível; é como se estivéssemos mortos. Alguns sentam no chão. O tempo passa, gota a gota. (LEVI, 1988, p. 25-26)

Levi explora, também, uma linguagem sensorial, procurando descrever com abundância de detalhes as sensações no nível físico, recurso que faz com que a narrativa torne-se marcante sem ser emotiva, possibilitando ainda mais a identificação do leitor com as situações narradas, na medida em que a narrativa construída aproxima-o da realidade dos *Lager*, catapultando-o, por assim dizer, para dentro do contexto concentracionário. A linguagem utilizada por Levi, de modo geral, é analítica, mais reflexiva e autorreflexiva do que provocadora ou acusatória, o que acentua o contraste entre o conteúdo e a forma da narrativa. Não que Levi isente os culpados dos seus crimes, mas sua perspectiva de vingança se dá no sentido de uma reparação legal. Com efeito, quando se trata da barbárie nazista ocorrida nos campos de extermínio, a simples delimitação entre bons e maus torna-se muito simplista face as relações sociais estabelecidas entre suas vítimas e opressores. Levi sabia que uma visão maniqueísta que se pretendesse definidora das interações cotidianas formadas nos *Lager* seria de uma natureza quase que ingênua. Daí, ele cria o conceito de *aria grigia*. Conforme comentário de Lucas Amaral de Oliveira:

Dentre tais relações, talvez as que se desenharam de maneira mais paradigmáticas foram as que ocorreram no interior daquilo que o autor definiu, metaforicamente, como a *zona grigia*, a “zona cinzenta”, isto é, o local onde a piedade e a brutalidade coexistiam, “no mesmo indivíduo e no mesmo momento, contra toda lógica” (Levi, 2004c, p.48), um espaço extremo de indistinção, fronteiroço, incomensurável e bastante incerto. Assim, Levi deixa claro que as bipartições *nós e eles*, *amigos e inimigos*, por exemplo, se apresentam como ineficientes para caracterizar o que aconteceu dentro dos campos, pois não permitem compreender a existência de figuras híbridas que obscureciam a diferenciação vítima/algoz que todo recém chegado esperava identificar nos Lager. (OLIVEIRA, 2013, p. 64, ênfase no original)

De qualquer forma, tal linguagem imparcial que cuida em transmitir e analisar os episódios drásticos dos campos será o grande diferencial de Levi em sua literatura. Há, também, um toque de rebuscamento na construção narrativa, pois Levi se utiliza de metáforas elaboradas a partir de clássicos da literatura, como por exemplo, o paralelo que constrói entre Auschwitz e o inferno descrito na obra *A Divina comédia*, de Dante Alighieri. Além disso, o autor tece referências à mitologia grega e à filosofia clássica. Não somente metáforas e comparações diretas se fazem presentes na narrativa, mas *É isto um homem?* carrega em si um forte traço intertextual.

## O TESTEMUNHO E A HISTÓRIA À CONTRAPELO: O SILÊNCIO, A VERGONHA E A REDENÇÃO

*Na relação que mantém com o passado, a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos.*

(Joël Candau)

Apesar do seu objetivo de transmitir o fenômeno da Auschwitz, estando ainda prisioneiro no campo em Auschwitz, Levi temia que seus futuros ouvintes não lhe dessem crédito face ao horror inaudito daquele evento. Foi de tal intensidade esse seu receio que chegava a sonhar de modo recorrente que, diante do seu relato, os ouvintes se retiravam, se negavam a ouvir sua história de morte e vergonha, como se de alguma forma pudessem ser alcançados e/ou desvelados por ela. Na verdade, Levi relata em seu livro *Os afogados e os sobreviventes* que as primeiras notícias que se difundiram entre os judeus, em 1942, a respeito dos campos de extermínio nazista eram sobremodo vagas, mas ao mesmo tempo eram de tamanha crueldade e de motivações tão complexas e absurdas que logo foram rejeitadas pelo público. Levi segue dizendo que tal rejeição foi prevista pelos criminosos genocidas e chegou a transcrever a fala dos capatazes SS que, divertindo-se, avisavam aos prisioneiros que já eram os vitoriosos na guerra contra eles, uma vez que ninguém restaria vivo daquele genocídio e mesmo que alguns sobrevivessem e contassem o que lhes havia ocorrido não lhes dariam crédito devido à monstruosidade do evento. Os SS completavam sua fala afirmando com soberba: “Nós é que ditaremos a história dos *Lager*” (LEVI, 2016, p. 7). Isso explica o pesadelo de Levi e de tantos outros porque, tempos depois, ele descobre que esse sonho é também sonhado por quase todos os seus companheiros prisioneiros do campo. Afirma Levi:





(...) mas desde agora é importante ressaltar como **ambas as partes, as vítimas e os opressores, tinham viva a consciência do absurdo e, portanto, da não credibilidade daquilo que ocorria nos Lager**, e podemos aqui acrescentar, não só nos Lager mas nos guetos, nas retaguardas da frente original, nos postos de polícia, nos hospitais para os deficientes mentais. (LEVI, 2016, p. 8, ênfase acrescentada)

O pesadelo de Levi e dos outros prisioneiros era autêntico, pois seria justamente a possível descrença dos ouvintes que, de certa forma, invalidaria ainda mais a violência sofrida, o que cortaria a possibilidade de redenção para os que lá morreram, visto que sem crédito não haveria rememoração e sem rememoração não existiria a chance de redenção. Sem falar que todo vencedor é o dono da verdade, podendo manipulá-la como lhe convier. Assim, a possível falta de crédito no evento por parte do público somada a uma **verdade** histórica contada pelos vencedores tornava-se a extrema ameaça que se traduzia em forma de pesadelos para Levi, mas que também lhe servia de desafio e incentivo. Contudo, devido a esses dois fatores, o problema da legitimação do testemunho estava posto.

Nesses ouvintes descrentes que denegavam os fatos, que tampavam os ouvidos desesperados havia medo e pudor, já que os protagonistas do projeto desumano relatado não eram animais irracionais, mas seres humanos da mesma espécie desses ouvintes, feitos da mesma matéria. Tal rejeição ao assunto avançou pelos anos afora após o evento, ao ponto de Primo Levi em 1955 escrever:

A dez anos da libertação dos Campos de concentração, é triste e significativo ter de constatar que, pelo menos na Itália, o tema desses locais de extermínio, longe de ter ingressado na história, segue no mais completo esquecimento. (...). Atualmente é indelicado falar dos Campos de concentração. Corremos o risco de sermos acusados, na melhor das hipóteses, de vitimismo ou de amor gratuito pelo macabro; na pior, de pura e simples mentira ou, talvez, de ultraje ao pudor. (LEVI; SCARPA, 2015, p. 66)

Agamben faz uma análise sobre os sentimentos de vergonha e culpa que sobrevêm aos sobreviventes dos campos de extermínio e recupera o pensamento de Heidegger, cuja proposta consiste em se pensar a vergonha a partir do asco (*Abscheu*). Como conclui ser incompleto tal conceito em Heidegger, Agamben vai buscar o mesmo conceito em Benjamin, em seu texto *Rua de mão única*, no qual afirma que "a sensação dominante no asco é o medo de sermos

reconhecidos por aquilo de que sentimos asco” (BENJAMIN, citado em AGAMBEN, 2008, p. 111). Refletindo sobre o silêncio que se faz a respeito do tema Levi estende seu raciocínio falando das possíveis hipóteses existentes para que as pessoas se calassem a respeito da catástrofe. Ele escreve:

No entanto, o silêncio predomina. Parte dele é fruto de uma consciência insegura, ou mesmo de uma má consciência: é o silêncio daqueles que, solicitados ou forçados a exprimir um juízo, tentam se desviar a todo custo da discussão (...). Mas não é descabido mencionar outro aspecto dessa reticência, dessa evasão. Que se calem na Alemanha, que se calem os fascistas, é natural, e no fundo não nos desagrada. Suas palavras não nos servem para nada, não esperamos risíveis tentativas de justificação da parte deles. Mas o que dizer sobre o silêncio do mundo civilizado, da cultura, nosso próprio silêncio, diante dos nossos filhos, dos amigos que regressam de longo exílio em países distantes? Ele não se deve apenas ao cansaço, ao desgaste dos anos à atitude normal do *primum vivere*. Não se deve à vileza. Existe em nós uma instância mais profunda, mais digna, que em muitas circunstâncias aconselha-nos a calar sobre os Campos de concentração ou, pelo menos, a atenuar, a censurar suas imagens, ainda tão vivas em nossa memória. (...). É a vergonha. Somos homens, pertencentes à mesma família humana de nossos carrascos. Diante da enormidade de sua culpa, também nos sentimos cidadãos de Sodoma e Gommorra. (LEVI; SCARPA, 2015, p. 66-67)

Além de testemunhar para que o evento trágico não se repetisse, Levi estabelecia também uma relação entre a verdade e o juízo, o que prova a seriedade com que Levi fazia seu trabalho de escrever seu relato, uma vez que parecia acreditar que seu testemunho seria futuramente considerado como documento histórico. Levi afirma:

Apesar de tudo, anseia-se pela verdade: portanto, ela não deve ser ocultada. A vergonha e o silêncio dos inocentes podem mascarar o silêncio culpado dos responsáveis, podem adiar e evitar o juízo histórico sobre eles. (LEVI; SCARPA, 2015, p. 75)

Levi prosseguia, incessantemente, com sua missão de testemunhar, incentivando aos que também foram prisioneiros a fazerem o mesmo. Ele era incansável nesse propósito que veio a se constituir em sua própria vida,

sempre alertando sobre um possível retorno daquilo que marcou a história da violência, o que representava seu maior receio:

Talvez tenha sido necessário que se passassem quinze anos, meia geração, para encontrar o tom correto nesses contatos; mas agora a impressão geral de todos os presentes é que o tempo amadureceu, não é mais hora de calar. Outras palestras foram prometidas aos jovens do Palazzo Carignano: **fazemos votos de que esse silêncio tão longe e inatural seja definitivamente rompido.** (LEVI; SCARPA, 2015, p. 77, ênfase acrescentada)

Pode-se sustentar, corretamente, que devemos **contar o que vimos para que a consciência moral de todos permaneça atenta e se oponha com firmeza, para que qualquer veiledade futura seja asfixiada ao nascer, de modo que nunca mais se ouça falar de extermínio.** Pode-se lembrar, também sem cometer erros, que esses crimes inacreditáveis foram reparados apenas em parte, que muitos responsáveis escaparam a qualquer sanção e só por acaso caem nas malhas de uma justiça distraída; que os próprios sobreviventes e incontáveis famílias de vítimas não receberam nenhum reconhecimento ou, pelo menos, ajuda e indenização irrisória. (...) **mesmo num mundo assim tão distante do nosso, seria um erro e uma insensatez calar sobre o passado. A História não pode ser mutilada. Foram acontecimentos demasiado indicativos, entreviram-se os sintomas de uma doença muito grave para que seja lícito calar sobre eles.** (LEVI; SCARPA, 2015, p. 86-87, ênfase acrescentada)

O propósito de Levi em registrar a memória do evento era tão acentuado que o leva a propor ao seu leitor um pacto de corresponsabilidade: o de retransmitir todo o conteúdo lido das suas páginas testemunhais. Levi delega ao seu leitor, com isso, o lugar autêntico de testemunha, a fim de que a transmissão da memória do evento seja perpetuada, impedindo, assim, a reincidência da tragédia. Esse é o objetivo político de Levi, mas torna-se também seu maior medo, tema que permeará toda a sua obra. Em seu livro *Os afogados e os sobreviventes*, Levi declara:

**Não creio que a vida do homem tenha necessariamente um objetivo definido; mas, se penso em minha vida e nos objetivos que até aqui me propus, um só deles eu**

**reconheço bem preciso e consciente, e é justamente este, prestar testemunho**, fazer o povo alemão ouvir minha voz, “responder” ao *Kapo* que limpou sua mão em meu ombro, ao doutor Pannwitz, aos que enforcaram o Último [trata-se de personagem de *É Isto um homem?*] e a seus herdeiros. (LEVI, 2016, p. 142, ênfase acrescentada)

Assim, fica nítido que, para Levi, o testemunho deve estabelecer uma relação de corresponsabilidade entre o sobrevivente da experiência e aquele que a ouve ou a lê, a fim de que a experiência seja reelaborada e retransmitida em suas nuances individuais, em sua tensão entre passado e presente, assegurando assim que, aqueles que morreram ou não puderam falar sejam devidamente representados.

A questão do testemunho vem sendo pensada por outros autores em face da morte natural daqueles que vivenciaram os fatos de catástrofes históricas e que, sendo assim, são as testemunhas integrais dos fatos. Gagnebin, por exemplo, faz uma reflexão a respeito do problema da transmissão do testemunho dos sobreviventes da *Shoah* mencionando o fato de que, atualmente, quando os últimos sobreviventes estão morrendo, têm surgido problemas importantes relacionados a abusos da memória. A autora, nesse sentido, relembra as reflexões de Hélene Piralian e Janine Altounian – duas sobreviventes do genocídio armênio – que aventam a necessidade de um terceiro espaço de testemunho onde o discurso possa restabelecer o simbólico que foi cortado pelo trauma, na medida em que “não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquilo que, ‘inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo’” (GAGNEBIM, 2009, p. 57). Dando continuidade a esse pensamento, Gagnebim escreve:

Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. **Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro:** não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIM, 2006, p. 57, ênfase acrescentada)

Ampliando-se o conceito de testemunha elimina-se parte do problema da transmissão da memória, preocupação sempre presente em Levi, o qual se empenhava em reverter a ameaça dos SS de que a história dos campos de extermínio seria escrita por eles.

Em contrapartida, o enfoque da literatura de testemunho é segundo o ponto de vista da vítima, o que parece entrar em consonância com o conceito de redenção de Walter Benjamin que se encontra na *Tese II* de seu ensaio *Sobre o conceito de história*.

Segundo Benjamin, a história é muito mais do que um discurso científico que procura tornar coerentes palavras, fatos e datas. Além disso, denuncia a impossibilidade de correspondência entre o discurso chamado científico e os fatos históricos, já que estes são selecionados por um discurso preponderantemente construído do ponto de vista do vencedor, do opressor, o que o torna discutível na maioria das vezes, já que obedece a determinados interesses. Benjamin também rejeitaria a abordagem discursiva da história devido à sua tendência niveladora e universalizante e sua pretensão de único discurso detentor da verdade histórica.

Rejeitando o modelo de história oficial, Benjamin o classifica pejorativamente de historicista e burguês. Ao invés disso, o filósofo vai propor uma visão dinâmica da história onde o passado pode ser articulado com o presente e não meramente descrito. A rememoração, dentro dessa articulação, se encarregaria também de atentar para possíveis insurgências do passado no presente.

Sob tal perspectiva a respeito da história Benjamin criará o conceito de redenção que, num primeiro momento, seria aplicada na esfera do indivíduo, no que diz respeito à sua felicidade pessoal que deixou de ser concretizada. A redenção seria concebida por Benjamin como rememoração histórica das vítimas do passado, mas, igualmente, possuindo um lado ativo movido por uma ação ética em relação à luta de tais vítimas. Sobre isso, formula Michel Löwy:

Todavia a rememoração, a contemplação, na consciência, das injustiças passadas, ou a pesquisa histórica, aos olhos de Benjamin, não são suficientes. É preciso para que a redenção aconteça, a reparação – em hebraico, tikkun – do sofrimento, da desolação das gerações vencidas (subalternizadas), e a realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar. (LÖWY, 2005, p. 51)

Dessa forma, a literatura testemunhal contando a história à contrapelo serve de amparo às vítimas do passado por meio da rememoração que faz, tornando-se, assim, parte da proposta benjaminiana de redenção.

Mesmo assim, subsiste o problema do caráter lacunar da narrativa testemunhal no tocante aos possíveis problemas que este poderia suscitar enquanto instrumento de representação do passado. Fabio Levi e Domenico Scarpa em *Assim foi Auschwitz* contam que: “Nos últimos anos de vida, Levi manifestou preocupação quanto aos possíveis usos instrumentais de pequenos lapsos ou lacunas presentes nos testemunhos dos sobreviventes” (LEVI; SCARPA, 2015, p. 8). O próprio Levi menciona tal perigo: “É natural e óbvio que o material mais consistente para a reconstrução da verdade sobre os campos seja constituído pelas memórias dos sobreviventes. **À parte a piedade e a indignação que suscitam, elas devem ser lidas com olho crítico**” (LEVI, 2016, p. 11, ênfase acrescentada). Levi aponta algumas situações vividas pelos prisioneiros que os impediria de avaliar coerentemente os campos de extermínio. Leonardo de Benedetti, prisioneiro junto com Levi, afirma em um seu depoimento:

As condições do ponto de vista psíquico e moral eram igualmente terríveis, pois as ordens dos comandantes se destinavam a anular, antes do homem, sua própria personalidade, começando pelo nome que, como se sabe, era substituído por um número, tatuado no braço esquerdo. Nenhum valor humano psíquico ou cultural era levado em conta, todos passávamos indistintamente a fazer parte de uma massa amorfa, mantida em ordem pelo medo e pelos castigos físicos. Em poucos dias, todo deportado se reduzia a um animal, cuja única razão de vida era a ração de pão ou a tigela de sopa. (LEVI; SCARPA, 2015, p. 15)

Estando confinados no universo concentracionário e sem conhecerem o idioma alemão, os prisioneiros perdiam até mesmo a noção da situação geográfica em que se encontravam. Não sabiam para quem trabalhavam, nem o porquê trabalhavam. Não podiam avaliar a dimensão do massacre que ocorria à sua volta, pois estavam acudados, cercados pela morte e pelos sumiços repentinos dos seus companheiros, e, segundo Levi, “**não podia daí construir uma representação** porque seus olhos estavam presos ao solo pela carência de todos os minutos” (LEVI, 2016, p. 12, ênfase acrescentada). Tal situação de carência, fome, sede, frio, dor, medo e tudo mais tinha o poder de interferir e condicionar o testemunho dos sobreviventes. Os que viviam sob tais condições eram maioria nos *Lager*, mas uma minoria entre os sobreviventes. Daí que Levi vai afirmar que a história dos *Lager* foi escrita quase que exclusivamente por aqueles que, como ele mesmo, “não tatearam seu fundo” (p. 12), pois quem chegou nesse estágio morreu ou teve sua capacidade de observação paralisada pelo sofrimento. Assim, Levi conclui que os melhores historiadores dos *Lager* foram os prisioneiros políticos que lá se encontravam, pois ocupavam uma posição privilegiada. Isto é, estes não se dobravam a compromissos e/ou alianças com os SS, além de

possuírem a habilidade de narrar os acontecimentos como bons cronistas devido ao seu substrato cultural, o que lhes permitia uma interpretação mais apurada do fenômeno dos *Lager*, bem como do comportamento humano. E, porque eram combatentes antifascistas, entendiam o testemunho como um ato político, além de possuírem dados estatísticos importantes por pertencerem a organizações secretas de defesa. Ademais, estes viviam em condições melhores que os demais prisioneiros, podendo fazer anotações e guardá-las, o que não era permitido aos judeus, e aos criminosos, não interessava.

## O TESTEMUNHO DA EXPERIÊNCIA E DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

*Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.*

(Jacques Le Goff)

Os testemunhos dos sobreviventes dos campos de extermínio nazista são cruciais para a memória do evento histórico de violência mais exemplar do século XX, a *Shoah*. É pertinente, então, lembrar que Maurice Halbwachs, também prisioneiro e morto no campo de Buchenwald, observou que a memória coletiva é construída, transmitida e partilhada por grupos sociais, e toda memória individual existe a partir e dentro da memória coletiva. Isto é, há uma codependência entre a construção da memória coletiva e a construção da memória individual, uma espécie de retroalimentação entre essas duas categorias, impossibilitando sua desvinculação absoluta. O autor afirma: “De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Da mesma forma, os eventos traumáticos históricos não afetam apenas os indivíduos que os vivenciaram separadamente, mas também os grupos sociais que, de uma forma ou outra, passam a sofrer as consequências do trauma, seja pelo efeito deste na memória social causando-lhe fraturas, seja na representabilidade coletiva do evento, alterando-lhe a identidade de grupo. Assim, o trauma pode ser lido como constructo social na medida em que atinge progressivamente a partir do evento de violência, o indivíduo, a coletividade e posteriormente as consequências sociais do evento, que reverberam na história e na cultura infinitamente.



Por isso, a preocupação prioritária de Primo Levi possuía um forte cunho histórico e político: registrar a memória do evento traumático que marcou sua existência individual no âmbito privado, mas que atingiu também a história social, no âmbito público. Levi sabia que o significado do seu testemunho representava algo muito mais além de sua necessidade pessoal e psicológica de extravasar o trauma sofrido, obtendo alívio com isso. Ainda prisioneiro no campo, Levi procurava registrar os acontecimentos na esperança de que poderia sair vivo dali, e então, liberto, poder falar sobre ele, sob o risco de que este pudesse retornar, não da mesma forma que o genocídio nazista, obviamente, mas tão cruel e mortal quanto. Levi era de fato consciente do peso das suas palavras, da dimensão social que estas abarcavam e que mais tarde iriam fazer diferença na luta contra o negacionismo e o esquecimento da memória coletiva, servindo de preenchimento das lacunas históricas devido ao seu teor testemunhal. Levi escreve:

Poderíamos perguntar-nos se vale mesmo a pena, se convém que de tal situação humana reste alguma memória. A essa pergunta tenho a convicção de poder responder que sim. Estamos convencidos de que nenhuma experiência humana é vazia de conteúdo, de que todos merecem ser analisados; de que se podem extrair valores fundamentais (ainda que nem sempre positivos) desse mundo particular que estamos descrevendo. Desejaríamos chamar a atenção sobre o fato de que o Campo foi também (e marcadamente) uma notável experiência biológica e social. (LEVI, 1988, p. 88)

Para Maurice Halbwachs, as lembranças do indivíduo e do coletivo formam uma rede mnemônica interligada, indissociável, que se caracteriza por ser intersubjetiva, social e coletiva. Levi posiciona-se nessa linha de pensamento, colocando sua obra como contribuição para responder as mais urgentes de todas as perguntas. Quais sejam: “Em que medida o mundo concentracionário morreu e não retornará mais? Em que medida retornou ou está retornando? Que pode fazer cada um de nós para que, neste mundo pleno de ameaças, pelo menos esta ameaça seja anulada?” (LEVI, 2016, p. 15).

Face ao imperativo do desafio a que Levi se propôs, o de transmitir a memória social do evento, surgem alguns questionamentos importantes, quais sejam: como Levi poderia concretizar esse seu objetivo de forma a legitimar e transmitir sua experiência levando em conta os problemas lacunares e de representação em seu testemunho? Como poderia equacionar o problema da possível super subjetificação, impedindo que o olhar individual sobre a experiência coletiva prevalecesse? Por outro lado, como poderia evitar a construção de um relato onde a reprodução de fatos vividos pelo coletivo suplantasse sua



experiência individual? Haveria uma estratégia empregada por Levi que pudesse tornar seu testemunho legitimado também como memória coletiva?

Um dos fatores que contribuem para a legitimação do testemunho de Levi é o fato de ele se colocar como testemunha dupla do evento. Levi testemunhando como *superstes*, como aquele que experienciou pessoalmente os fatos, proporciona uma visão subjetiva dos acontecimentos sem a qual a história coletiva não pode prescindir, pois a situação do indivíduo tem que ser levada em conta no contexto histórico pelas informações que sua proximidade com o evento traz e que se transformam em dados relevantes. Por outro lado, testemunhando como *testis*, aquele que testemunha como um terceiro, mas que não vivencia a experiência, Levi consegue sair de si, da sua visão interpretativa e conceder uma visão mais objetiva de expectador da gramática do campo, conseguindo falar mais imparcialmente do cotidiano que envolvia os seus companheiros, bem como analisar e refletir sobre as suas reações frente aos confrontos diários. Agindo duplamente nas diversas situações, nosso autor consegue, de modo simultâneo, prestar tanto um relato de experiências vividas, como também de histórias assistidas, unindo o olhar interno ao externo, preenchendo os requisitos para uma análise mais aproximada do real. Conquanto tenha empenhado-se em fazer da melhor forma seu trabalho, Levi tinha em mente os desafios que lhe esperavam: "Percebo que é muito difícil transformar em palavra esta minha experiência. Busquei fazê-lo, e talvez em parte eu tenha logrado sucesso, mas com a frequente sensação de estar produzindo uma obra quase impossível" (LEVI, citado em OLIVEIRA, 2013, p. 106).

Levi detectou antes de tudo que teria que trabalhar com uma linguagem-limite, insuficiente, esparsa, que não consegue dizer tudo. Levi afirma: "Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação do homem" (LEVI, 1988, p. 24). Isto é, Levi constata o que Benjamin já falara sobre o empobrecimento da narrativa, sobre o silêncio dos que retornavam da guerra, sobre o cessar das experiências de sabedoria. O *Lager* ensinou a Levi que a experiência de choque provocava drasticamente a cisura no simbólico e emudecia aquele que queria testemunhar. Outra questão detectada por Levi era a de testemunhar por um simples dever, o que poderia exagerar ou tornar estático o testemunho fazendo dele um saber acabado do evento traumático, o que redundaria em uma monumentalização da história fazendo com que o evento traumático perdesse sua aura, perdesse sua dimensão de importância.

O que é demonstrado na escritura de Levi de modo muito claro é que ele não se deixou vencer pela limitação da linguagem, tampouco pelo trauma silenciador, visto que era movido por um intenso compromisso ético com aqueles que foram vitimados nos campos de extermínio. O paradoxo de Levi, segundo o qual a testemunha integral é impossibilitada de narrar e aquele que testemunha fala da impossibilidade de narrar substancializa-se em seu texto. Ele afirma:

Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso “em nome de terceiros”, a narração das coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar a sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte corporal (...). Falemos nós em lugar deles, por delegação. (LEVI, 2004, p. 73, ênfase no original)

Falando, então, por delegação Levi toma para si o compromisso de escrever por aqueles que não o puderam fazer, mostrando que o testemunho é um ato de resistência não somente no sentido político de registrar a catástrofe, mas também o é em relação à impossibilidade de dizer e até ao próprio trauma que abala a ordem do testemunho. Mesmo sabendo da existência das lacunas no discurso testemunhal Levi busca encontrar as ruínas dos silêncios daqueles que tocaram o fundo, ou seja, daqueles que morreram; ele busca o resto, de que fala Agamben, fazendo com que seu relato pessoal tenha estatuto coletivo enquanto representação daqueles que não conseguiram retornar dos *Lager*. O esforço de Levi em comunicar o que não tem correspondente no universo do leitor<sup>4</sup> e, portanto, trabalhar com uma linguagem que denuncia em si mesma seu próprio declínio e insuficiência pode ser traduzido pela afirmação de Pascal Quignard: “(...) a mão que escreve é antes uma mão que vasculha a linguagem que falta, que tateia em direção à linguagem sobrevivente, que se crispa, que se exaspera e que a ponta dos dedos por ela mendiga” (VILELA, 2009, p. 227).

Contudo, consciente da importância histórica do seu trabalho e de que o registro de sua memória individual não se resume a uma obra autobiográfica, antes se entrelaça com a memória de uma sociedade vitimada, Levi insiste em acolher em sua narrativa o silêncio de toda uma coletividade que existe latente em sua narrativa, o que vai dar ao seu relato uma configuração de documento de memória social. Portanto, pode-se constatar firmemente que Levi vence os rígidos limites da lembrança traumática e da linguagem para vincular sua memória individual à memória de toda uma coletividade impossibilitada de

---

<sup>4</sup> Primo Levi deixa claro que existe uma real dificuldade em expressar a realidade dos *Lager* com uma linguagem pré-existente a Auschwitz. Ele descreve: “Assim como nossa fome não é apenas a sensação de quem deixou de almoçar, nossa maneira de termos frio mereceria uma denominação específica. **Dizemos ‘fome’, dizemos ‘cansaço’, ‘medo’ e ‘dor’, dizemos ‘inverno’, mas trata-se de outras coisas.** Aquelas são palavras livres, criadas, usadas por homens livres que viviam, entre alegrias e tristezas, em suas casas. **Se os Campos de Extermínio tivessem durado mais tempo, teria nascido uma nova, áspera linguagem, e ela nos faz falta agora para explicar o que significa labutar o dia inteiro no vento, abaixo de zero, vestindo apenas camisa, cuecas, casaco e calças de brim e tendo dentro de si fraqueza, fome e a consciência da morte que chega**” (LEVI, 1988, p.125-126, ênfase acrescentada)

testemunhar, fazendo com que todo o sofrimento por que passaram não se perca na obscuridade da história.

## CONCLUSÃO

*É isto um homem?* por seu estilo analítico e quase científico, por sua construção de um testemunho consciente da sua própria aporia e da impossibilidade da linguagem, mas que a despeito disso persevera em relatar as lacunas, os silêncios deixados pela história oficial, e por seu perseverante propósito em registrar uma memória que fizesse com que o genocídio de milhões de judeus jamais se repetisse, consegue suplantar o estatuto de mero relato privativo. Por tudo isso, a narrativa testemunhal de Levi pode ser contundentemente considerada como fonte histórica, pois resgata o evento coletivo da *Shoah* recompondo o passado enquanto ruína e sendo resistência ao esquecimento traumático, ao negacionismo histórico e à narrativa histórica oficial.

Dessa forma, Levi cumpre com sua obra o projeto de redenção benjaminiano, na medida em que rememora o fato passado e traz à tona o sofrimento de um povo criminosamente ocultado em quase sua totalidade. Ou seja, Levi conta a história à contrapelo, dando voz e vez aos que foram vencidos pela violência de ideologias e políticas fascistas, as quais os silenciaram e os relegaram ao anonimato.

Além disso, Primo Levi consegue fazer com que sua obra sirva de alerta para o momento presente, no qual a biopolítica e a violência impõem claramente na sociedade moderna regras de exceção como torturas, exploração dos corpos frágeis, execuções, deportações ilegais, opressões institucionalizadas e todas as formas de desumanização e aviltamento contra os mais fragilizados socialmente, o que aciona o “alarme de incêndio” (LÖWY, 2005, p. 23) de que o futuro de barbárie profetizado por Benjamin, infelizmente, já chegou.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARENGUI, M. A memória da ofensa: recordar, narrar, compreender. *Novos estudos – CEBRAP*, n. 73, São Paulo, nov. 2005, p. 181.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.



FERREIRA, A. *Casa da linguagem: identidades arruinadas e a literatura judaico-brasileira no século XXI*. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

GAGNEBIN, J. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2009.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. São Paulo: Unicamp, 1996.

LEVI, F.; SCARPA, D. (Org.). *Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986 – Primo Levi com Leonardo De Benedetti*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEVI, P. *A trégua*. São Paulo: Planeta de Agostinho, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conversazioni e interviste*. Torino: Einaudi, 1997.

\_\_\_\_\_. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LOWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses Sobre o conceito de história*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATE, R. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história*. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

OLIVEIRA, L. *Primo Levi e os rumores da memória: limites e desafios na construção do testemunho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

VILELA, Y. F. *Ler, traduzir, escrever: um percurso pela obra de Pascal Quignard*. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

